

MPC NOTÍCIAS



INTEGRIDADE - TRANSPARÊNCIA - EFETIVIDADE

8 de março – Dia Internacional da Mulher



As Procuradoras do MPC-MG Maria Cecília Borges, Elke Moura, Sara Meinberg e Cristina Melo.
Fotos: MPC-MG.

Março é o mês em que se comemora o Dia Internacional da Mulher, no dia 8.

Não cabem aqui desdobramentos e contextualização histórica sobre a origem desta data. Todavia, é elementar que se trata de um dia propício para lembrar a luta das mulheres para ocupar o espaço que lhes foi negligenciado nos mais distintos papéis sociais.

O Ministério Público de Contas mineiro tem à frente de suas Procuradorias 4 mulheres entre 7 Procuradores, o que equivale a mais de 50%. A atuação de Maria Cecília Borges, Sara Meinberg, Elke Moura e Cristina Melo como Procuradoras permite mostrar que a dicotomia público/privado, que concorre para a naturalização da hierarquização de gênero, pode, deve e vai cada vez mais ser abrandada.

Se as instituições refletem posições sociais e, por conseguinte, a posição feminina ocupada, mulheres ocupando postos de poder constituem, entre outros aspectos, a salvaguarda do pluralismo de ideias, a diversidade de gênero, para garantir que todas as vozes sejam ouvidas; e a quebra da naturalização da mulher apenas como sujeito doméstico.

O Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais reconhece toda a trajetória de luta de tantas mulheres homenageando nossas Procuradoras, servidoras e colaboradoras.

Nesta edição:

- Representações formuladas pelo MPC-MG são julgadas pelo TCE-MG
- MPC-MG prestigia VIII Congresso Internacional de Controle e Políticas Públicas
- MPC-MG assina Termo de Cooperação Técnica com a CMBH
- Rede de Proteção da Pessoa com Deficiência das Instituições do Sistema de Justiça e Instituições Públicas de Minas Gerais expede Recomendação Conjunta
- MPC-MG recebe visita de cortesia de representantes da nova gestão do TCE-MG
- MPC-MG prestigia cerimônia de abertura de evento para Apacs e FBAC
- MPC-MG e TCE-MG marcam presença em 1ª Reunião Anual da Secretaria Permanente de Tribunais de Contas, Órgãos e Organismos Públicos de Controle Externo da República Argentina
- MPC-MG participa de 6ª reunião da Rede Mineira de Integridade
- Procuradora do MPC-MG é empossada como 1ª Tesoureira da Ampcon
- Procuradora do MPC-MG participa de Simpósio Internacional de Direito do Patrimônio Cultural e Natural
- Projeto Conhecendo o MPC realiza primeira palestra de 2023
- MPC Cast
- Coluna Iurisprudencia
- Lex Data
- E muito mais

2ª TEMPORADA DO MPC CAST

CONVIDADO: DANIEL DE SÁ RODRIGUES

POR SIMONE PEREIRA

No terceiro episódio desta segunda temporada do MPC Cast, o convidado é o Promotor de Justiça Daniel de Sá Rodrigues, que coordena o Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça e Defesa do Patrimônio Público no Ministério Público do Estado de Minas Gerais (CAOPP).

Nesta conversa, falamos sobre o surgimento a Ação Integrada da Rede de Controle e Combate à Corrupção (Arcco-MG), suas atribuições e realizações, especialmente no âmbito do Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais.

Dr. Daniel também conta sobre o surgimento dessa rede de proteção, seus principais objetivos e quais as metodologias são adotadas para que esses fins sejam atingidos.

Confira o episódio escaneando o Código QR do Spotify abaixo ou clique [aqui](#).



LEX DATA

A IMPORTÂNCIA DE ACORDOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E DOS GUIAS ORIENTATIVOS FEITOS PELA ANPD

POR GABINETE PROCURADORA MARIA CECÍLIA BORGES

Uma das principais funções da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) é manter um canal de diálogo e cooperação com órgãos e entidades da Administração Pública, o que faz, principalmente, por meio da celebração de acordos de cooperação técnica (ACTs).

Esses acordos visam realizar atividades de interesse comum relacionadas à proteção de dados pessoais, além de desenvolver ações e produzir matérias educativas, que são fundamentais para esclarecer e divulgar os direitos e deveres previstos na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).



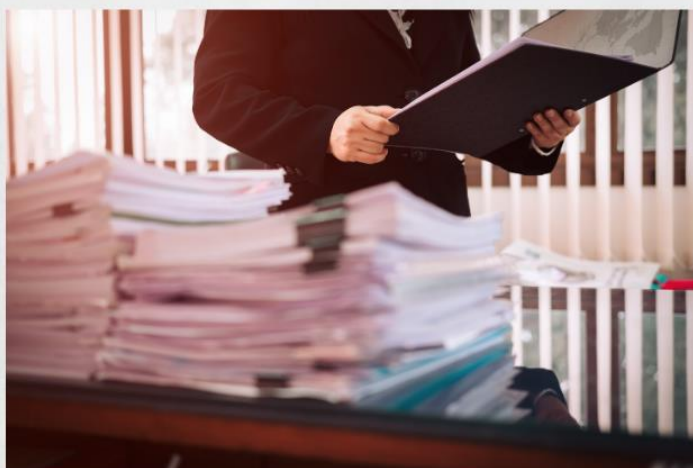
POR COORDENADORIA DE APOIO OPERACIONAL - CAOP

Confira a movimentação processual entre o MPC-MG e o TCE-MG referente ao mês de fevereiro:

ENTRARAM

1.118

PROCESSOS



SAÍRAM, COM
PARECER, DESPACHO
OU MANIFESTAÇÃO
PRELIMINAR,

964

PROCESSOS



AUTUAÇÃO E PROCESSAMENTO PRÓPRIOS:

Notícias de Irregularidades distribuídas	06
Pedidos de Cooperação	01
Assuntos Administrativos	03
Representação	01

REPRESENTAÇÃO:

1.141.398: REPRESENTAÇÃO FORMULADA PELO PROCURADOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS GLAYDSON MASSARIA EM FACE DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE ORATÓRIOS DIANTE DE SUPOSTAS IRREGULARIDADES NA UTILIZAÇÃO DO FUNDEB.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Informativo nº 1.082

Tese fixada: “1. As decisões do STF em controle incidental de constitucionalidade, anteriores à instituição do regime de repercussão geral, não impactam automaticamente a coisa julgada que se tenha formado, mesmo nas relações jurídicas tributárias de trato sucessivo. 2. Já as decisões proferidas em ação direta ou em sede de repercussão geral interrompem automaticamente os efeitos temporais das decisões transitadas em julgado nas referidas relações, respeitadas a irretroatividade, a anterioridade anual e a noventena ou a anterioridade nonagesimal, conforme a natureza do tributo.”

Resumo: “Os efeitos temporais da coisa julgada nas relações jurídicas tributárias de trato sucessivo são imediatamente cessados quando o STF se manifestar em sentido oposto em julgamento de controle concentrado de constitucionalidade ou de recurso extraordinário com repercussão geral”.

RE 955.227/BA, relator Ministro Roberto Barroso, julgamento finalizado em 8.2.2023. RE 949.297/CE, relator Ministro Edson Fachin, redator do acórdão Ministro Roberto Barroso, julgamento finalizado em 8.2.2023. ADI 5.378/DF, Relator Ministro Edson Fachin. Julgamento em 17.12.2022. Publicação em 2.2.2023.

Tese fixada: “Norma estadual que, a pretexto de proteger os estudantes, proíbe modalidade de uso da língua portuguesa viola a competência legislativa da União.”

Resumo: “É inconstitucional – por violar a competência privativa da União para legislar sobre diretrizes e bases da educação nacional (CR/1988, art. 22, XXIV) – lei estadual que veda a adoção da “linguagem neutra” na grade curricular e no material didático de instituições de ensino públicas e privadas, assim como em editais de concursos públicos locais”.

ADI 7.019/RO, Relator Ministro Edson Fachin, julgamento virtual finalizado em 10.2.2023 (sexta-feira), às 23:59.

Socorro financeiro destinado ao setor cultural e de eventos: inércia do Poder Executivo e necessidade de prorrogação da execução orçamentária.

Resumo: “Diante da inércia do Poder Executivo em adotar providências para cumprir de modo integral e tempestivo a decisão do STF que suspendeu os efeitos da MP 1.135/2022 e manteve a obrigatoriedade da entrega dos recursos financeiros destinados a apoiar o setor cultural e de eventos, é legítima a prorrogação do prazo de execução financeira até o final do ano de 2023, a fim de garantir a eficácia da medida cautelar deferida e referendada oportunamente”.

ADI 7.232 TPI-Ref/DF, relatora Ministra Cármen Lúcia, julgamento virtual, realizado em sessão virtual extraordinária, finalizado em 2.2.2023 (quinta-feira), às 23:59.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Informativo nº 758

Tema: Dano ambiental. Responsabilidade civil do Estado. Construção de moradias em área de preservação permanente. Ciência de Município. Inércia por mais de seis anos. Responsabilidade objetiva por omissão.

Destaque: A responsabilidade civil por dano ambiental é objetiva e solidária. E, nos casos em que o Poder Público concorre para o prejuízo por omissão, a sua responsabilidade solidária é de execução subsidiária (ou com ordem de preferência).

AREsp 1.756.656-SP, Rel. Min. Francisco Falcão, Segunda Turma, por unanimidade, julgado em 18.10.2022, DJe 21.10.2022.

Tema: Competência. Rompimento da barragem de Fundão em Mariana. Vara Federal de Belo Horizonte. Conexão. Ação que tem por objeto apenas a reparação de danos morais e materiais suportados por pescadores. Ausência de discussão acerca da responsabilização do Estado. Competência do foro de residência do autor. Facilitação do acesso à Justiça.

Destaque: Em ação que tem por objeto apenas a reparação de danos morais e materiais suportados por pescadores em razão do rompimento da barragem

de Fundão, em Mariana/MG, não se discutindo a responsabilização do Estado, não prevalece a competência da 12ª Vara Federal de Belo Horizonte, permitindo-se o ajuizamento no foro de residência do autor ou no local do dano.

AgInt no AREsp 1.966.684-ES, Rel. Min. Maria Isabel Gallotti, Quarta Turma, por unanimidade, julgado em 17.10.2022, DJe 20.10.2022.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Informativo nº 432

Competência do TCU. Obra pública. Impacto ambiental. Compensação financeira. Terras indígenas.

Não compete ao TCU apreciar questão pertinente à definição de valor relativo à compensação financeira a ser paga a comunidade indígena em razão de impacto ambiental irreversível decorrente de obra pública, pois a defesa dos direitos individuais indisponíveis, coletivos e difusos dessas comunidades cabe ao Ministério Público Federal (art. 37, inciso II, da LC 75/1993).

Acórdão 1/2023, Plenário (Representação, Relator Ministro Substituto Marcos Bemquerer).

Desestatização. Licitação. Edital de licitação. Programa de Parcerias de Investimentos. Concessionária. Bens. Amortização.

No caso de relicitação de contrato celebrado no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), é recomendável que a agência reguladora publique o edital de licitação da concessão já contemplando o valor da indenização, devidamente aprovado, a que faz jus a concessionária anterior (art. 15, § 3º, da Lei nº 13.448/2017), referente aos bens reversíveis não amortizados ou depreciados, para que os licitantes possam ponderar os riscos envolvidos e apresentar as suas propostas em bases equânimes, trazendo mais segurança e previsibilidade ao certame.

Acórdão 8/2023, Plenário – Acompanhamento Relator Ministro Aroldo Cedraz.

Desestatização. Concessão pública. Restrição. Objeto do contrato. Supressão. Alteração unilateral.

Não há amparo jurídico para alteração unilateral, mediante redução de escopo

da concessão, com a finalidade de outorgar a parcela suprimida a terceiro, em nova licitação, sem que tenha havido falha na prestação do serviço e sem que tenha sido provada a existência de interesse público nesse procedimento.

Acórdão 10/2023 Plenário (Desestatização, Relator Ministro Antonio Anastasia).

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Informativo nº 296

Direito Constitucional – Direito Administrativo – Servidor público – Divulgação de nomes e vencimentos individualizados – Supremacia do interesse público – Princípio da publicidade – Princípio da transparência.

Ementa: Mandado de segurança. Acesso e divulgação dos nomes completos e individualizados dos servidores públicos com vinculação ao valor de seus vencimentos. Direitos constitucionais de proteção à intimidade e à privacidade. Supremacia do interesse público.

A garantia de proteção dos dados pessoais do inciso LXXIX do art. 5º da Constituição deve ser interpretada de acordo com o princípio da supremacia do interesse público, prevalecendo os princípios da publicidade e da transparência. - É legítima a publicação, inclusive em sítio eletrônico mantido pela Administração Pública, dos nomes dos seus servidores e do valor dos correspondentes vencimentos e vantagens pecuniárias.

ARE 652777. (TJMG - Mandado de Segurança Coletivo 1.0000.22.113168-3/000, Relator: Des. Carlos Roberto de Faria, Órgão Especial, j. em 26/1/2023, p. em 30/1/2023)

Direito Constitucional – Direito Administrativo – Mandado de segurança – Concurso público – Anulação de questões – Ausência de abuso ou ilegalidade – Princípio da separação dos poderes

Ementa: Mandado de segurança. Concurso público para ingresso na carreira da magistratura do Estado de Minas

Gerais. Edital nº 01/2021. Anulação de questões. Abuso ou ilegalidade não comprovados. Respostas motivadas. Princípio da separação dos poderes. Ausência de direito líquido e certo. Segurança denegada.

- A competência do Poder Judiciário, em sede de controle jurisdicional, encontra-se circunscrita ao exame da legalidade/legitimidade do ato da Administração, dos eventuais vícios formais ou dos que atentem contra postulados constitucionais, sob pena de ofensa ao princípio da separação de poderes.
- Não tendo o impetrante logrado comprovar, de plano, a nulidade das questões impugnadas, a denegação da ordem é medida que se impõe, sobretudo porque as respostas apresentadas pela Banca Examinadora encontram-se devidamente motivadas.

TJMG - Mandado de Segurança 1.0000.22.078936-6/000, Relator: Des. Armando Freire, Órgão Especial, j. em 26.1.2023, p. em 30.1.2023.

Processo cível – Direito Constitucional – Direito Civil – Direitos fundamentais – Dever do Estado – Omissão – Responsabilidade civil – Teoria subjetiva

Ementa: Apelações cíveis. Ação ordinária. Responsabilidade civil. Preliminares Falta de interesse processual. Ilegitimidade passiva. Transporte escolar. Criança com deficiência. Direito à educação. Garantia constitucional. Omissão do ente público. Situação demonstrada. Dano moral. Configuração. Quantum indenizatório. Manutenção. Primeiro recurso provido. Segundo recurso não provido.

- O interesse processual se consubstancia na necessidade de o autor vir a juízo e na utilidade que o provimento jurisdicional poderá lhe proporcionar.
- Presente o interesse da parte que, embora tenha conseguido o fornecimento do transporte em ação anterior, pleiteia o pagamento de indenização decorrente da responsabilidade civil do Poder Público por sua omissão.
- É dever dos entes federados, em solidariedade, prestar o transporte escolar gratuito às crianças e adolescentes matriculados na rede pública de ensino.

- A BHTrans não pode ser responsabilizada pela omissão no fornecimento de transporte escolar, porquanto tal atividade extrapola suas funções institucionais definidas em lei (art. 2º da Lei Municipal nº 5.953/91), devendo ser reconhecida sua ilegitimidade passiva.
- Nos termos do art. 37, § 6º, da Constituição da República, as pessoas jurídicas de direito público respondem objetivamente pelo prejuízo que causarem a terceiros.
- Em se tratando de conduta omissiva, a responsabilidade estatal rege-se pela teoria subjetiva, a qual exige a demonstração da culpa do serviço público (*faute du service*), somente sendo cabível a responsabilização do ente pela omissão que lhe é imputada quando o serviço público não foi prestado, ou foi prestado a destempo ou de maneira insatisfatória.
- O dever indenizatório apenas pode ser afastado ou minorado com a comprovação de que a vítima agiu com culpa exclusiva ou concorrente ou, ainda, que o dano tenha decorrido de caso fortuito, força maior ou fato de terceiro, o que não ocorreu.
- Comprovada a omissão do ente público em assegurar à pessoa com deficiência o transporte escolar adaptado às suas necessidades, resta configurada a responsabilidade civil do Município.
- Caracteriza dano moral indenizável a reiterada omissão do Poder Público que compromete o direito fundamental à educação do autor, situação que ultrapassa a esfera do mero dissabor.
- Configurado o dano moral, cabe ao magistrado arbitrar um valor capaz de propiciar a necessária compensação satisfativa ao lesado, nos limites da proporcionalidade e da razoabilidade, para que não sirva de fonte de enriquecimento sem causa.
- Primeiro recurso provido.
- Segundo recurso não provido.

TJMG - Apelação Cível 1.0024.13.161137-8/002, Relator: Des. Raimundo Messias Júnior, 2ª Câmara Cível, j. em 24/1/2023, p. em 26/1/2023.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Informativo nº 263

Abrangência dos servidores da Secretaria de Saúde pela LC nº 191/2022.

"Aos servidores da Secretaria de Saúde, no período compreendido entre 28 de maio de 2020 a 31 de dezembro de 2022, independente da função que exerçam, poderão ser aplicadas as disposições da LC nº 191/2022, que inseriu o § 8º ao art. 8º da LC nº 173/2020, para permitir o cômputo do tempo de serviço cumprido dentro do mencionado período, para fins de concessão de anuênios, triênios, quinquênios, licenças-prêmio e demais mecanismos equivalentes. Todavia, sem efeitos financeiros retroativos, posto que a norma assim o prevê expressamente."

Processo 1114793 – Consulta (Consultas em apenso: 1119709, 1119824, 1119924). Relator conselheiro Wanderley Ávila. Tribunal Pleno. Deliberado em 15/2/2023. Publicado no DOC em 8.3.2023.

EMENTA: Consulta. Preliminar. Admissão parcial. Mérito. Desenvolvimento na carreira. Lei Complementar nº 173, de 27.5.2020. Inexistência de vedação expressa. Norma de eficácia temporária. Preservado o Fundo de Direito. Direitos fundamentais do servidor público. Suspensão apenas de natureza orçamentária/financeira. Data-base inalterada. Cômputo do prazo suspenso após o fim da vigência da referida Lei para a concessão dos benefícios após o término da restrição.

1. A Lei Complementar n. 173/2020, em seu art. 8º, não dispôs sobre medida restritiva relacionada à progressão e/ou promoção na carreira.
2. Ultrapassada a data de 31.12.2021, o período compreendido entre 28.5.2020 e 31.12.2021 pode ser computado para fins do reconhecimento de todos os direitos dos servidores públicos, entre eles, a concessão de "anuênios, triênios, quinquênios", "licenças-prêmio" e "demais mecanismos equivalentes".
3. Considerando que o fundo de direito foi preservado pela Lei Complementar n. 173/2020, uma vez que o STF declarou que seu art. 8º instituiu apenas restrições de ordem orçamentária no que diz respeito ao aumento de gastos públicos com pessoal, tratando-se, portanto, de norma de eficácia temporária,

devem ser concedidos aos servidores todos seus direitos funcionais, desde que tais direitos estejam expressamente previstos em legislação previamente existente à entrada em vigor da referida lei complementar.

Processo 1114737 – Consulta. Relator Conselheiro Gilberto Diniz. Deliberado em 14.12.2022. Publicado no DOC em 16/1/2023.

EMENTA: Consulta. Férias-prêmio. Fruição. Conversão em Pecúnia. Indenização pecuniária. Distinção. Prescrição. Termo inicial. Concessão da Aposentadoria. Extinção do vínculo com a administração. Falecimento em atividade, demissão ou exoneração. Vedação ao enriquecimento sem causa. Jurisprudência pacífica. Possibilidade de pagamento da indenização no momento de concessão da aposentadoria. Boa-fé e economia processual.

1. Inexistentes reservas temporais no respectivo estatuto jurídico para fruição das férias-prêmio efetivamente adquiridas pelo servidor, não há que se falar na prescrição de tal direito.
2. O termo inicial do prazo prescricional quinquenal aplicável à pretensão de indenização pecuniária de férias-prêmio não usufruídas pelo servidor corresponde ao momento em que verificada a impossibilidade de fruição do benefício: no ato de concessão da aposentadoria ou por ocasião da extinção do vínculo com a Administração por demissão, exoneração ou falecimento em atividade.
3. A data de requerimento da aposentadoria não influencia o prazo prescricional aplicável à pretensão de indenização pecuniária de férias-prêmio não gozadas, haja vista que, se o servidor se encontra em atividade, podendo, pois, usufruir de tal benefício, sequer se encontra configurada lesão a seu direito, inexistindo, assim, pretensão de reparação.
4. É plenamente possível que férias-prêmio adquiridas e não gozadas – cujo estatuto jurídico não condicione o direito de fruição a qualquer prazo –, sejam pagas no momento da concessão da aposentadoria ao servidor, porquanto, passando o servidor para inatividade, tratar-se-á de direito efetivamente violado, sendo-lhe então devida a correspondente indenização pecuniária.

Processo 1102360 – Consulta. Relator Conselheiro Substituto Hamilton Coelho. Deliberado em 26.10.2022. Publicado no DOC em 16.1.2023.

Representação. Promoção pessoal. Princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade e moralidade. Descumprimento. Cominação de multa. Obrigação de fazer. Procedência parcial. Determinações. Recomendação.

1. A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos, nos termos do § 1º do art. 37 da Constituição da República.
2. Tudo que ultrapasse a noção de neutralidade, objetividade e interesse do público é inválido, por afrontar, notadamente, os princípios da impessoalidade, moralidade e legalidade, de modo que os agentes públicos não poderão utilizar nomes, símbolos, imagens, cores que, de alguma forma, digam respeito ou remetam à sua pessoa, para, mediante a prática de algum ato ou ação custeado com dinheiro público, obterem ou simplesmente pretenderem obter promoção pessoal.
3. É vedada a pintura de obras públicas com as cores de determinado partido político, visto configurar promoção pessoal do agente público.
4. É vedada ao gestor público a pintura de bens públicos com as cores de sua campanha eleitoral, e, caso ocorra, impõe-lhe a obrigação de pintar os mesmos bens em cores neutras, às suas expensas.

Processo 1066523 – Representação. Relator Conselheiro José Alves Viana. Deliberado em 6/12/2022. Publicado no DOC em 10.1.2023.

Representação. Prefeitura Municipal. Pregão presencial. Prestação de serviços médicos especializados. Irregularidades no edital. Inconstitucionalidade. Terceirização de atividade-fim da Administração Pública. Obrigatoriedade de realização de concurso público. Multa. Recomendação.

1. As instituições privadas poderão participar de forma complementar no sistema único de saúde mediante contrato de direito público ou convênio, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos.
2. O pregão é modalidade de licitação inapropriada para a contratação de serviços médicos, porque o pregão é re-

servado apenas para a contratação de bens e serviços comuns.

3. O Estado não está autorizado a delegar a entidades privadas a gestão de serviços de saúde.

4. O Estado, no âmbito do SUS, pode formar parcerias com o setor privado desde que observados os seguintes requisitos: (a) comprovar a necessidade de complementação; (b) demonstrar a impossibilidade de ampliação de serviços públicos de saúde; (c) dar preferência a entidades filantrópicas e sem fins lucrativos.

Processo 1041474 – Representação. Relator Conselheiro Durval Ângelo.

EMENTA: Consulta. Classificação de despesas com serviços de profissionais médicos, enfermeiros e técnicos de enfermagem credenciados no município. Inclusão no câmputo de despesas com pessoal. Artigo 18, § 1º da Lei de Responsabilidade Fiscal. Contratos de terceirização de mão de obra para substituição de servidores. Manual de Demonstrativos Fiscais. Consideração das despesas com serviços relacionados à atividade finalística do ente que sejam objeto de execução indireta. Manutenção dos índices de gastos com pessoal. Preservação do equilíbrio fiscal. Modulação dos efeitos.

1. O câmputo das despesas com pessoal, na elaboração dos Relatórios de Gestão Fiscal (RGF), deve ser realizado em estrita observância às diretrizes da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, materializadas no subitem “04.01.02.01” do Anexo 1 da Parte IV da 12ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais – MDF e suas posteriores atualizações.

2. As despesas relativas a contratos firmados para a execução indireta de serviços relacionados à atividade finalística dos entes nos quais se faça possível a identificação e o relacionamento da mão de obra com o serviço prestado, a exemplo daqueles firmados com cooperativas, empresas individuais e outros, deverão ser contabilizados na rubrica “3.3.96.34.00 - Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização”.

3. Para fins de contabilização de despesas no câmputo dos gastos com pessoal, deve-se compreender como atividade finalística dos entes, nos termos da Nota Técnica SEI n. 45799/2020/ME, da Secretaria do Tesouro Nacional - STN, a ativi-

dade diretamente relacionada à prestação de serviços à sociedade.

Processo 1114524 – Consulta. Relator Conselheiro Substituto Hamilton Coelho. Prolator do voto vencedor: Conselheiro Cláudio Couto Terrão. Deliberado em 31.11.2022. Publicado no DOC em 25.1.2023.

Prestação de contas. Executivo Municipal. Abertura de créditos adicionais sem recursos disponíveis. Desacordo com o art. 43 da Lei n. 4.320/64. Parecer prévio pela rejeição das contas.

Considerando a abertura e o empenhamento das despesas relativas aos créditos suplementares e especiais sem recursos disponíveis, contrariando o disposto no art. 43 da Lei n. 4.320/64 c/c parágrafo único do art. 8º da LRF, e no art. 167, V, da Constituição da República, emite-se parecer prévio pela rejeição das contas, com fundamento no art. 45, III, da Lei Orgânica do Tribunal e no art. 240, III, do Regimento Interno.

Processo 1072196 – Prestação de Contas do Executivo Municipal. Relator Conselheiro Substituto Licurgo Mourão. Deliberado em 15.9.2022. Publicado no DOC em 1.2.2023.

EMENTA: Representação. Ministério Público de Contas. Contratação de serviços de auditoria e consultoria contábeis por meio de processo de inexigibilidade de licitação. Requisitos da contratação direta por inexigibilidade. Lei n. 14.039/20. *Novatio legis in melius*. Possibilidade. Singularidade dos serviços prestados por advogados e contadores notoriamente especializados decorrente de lei. Inviabilizada a sanção. Montagem prévia dos procedimentos. Identidade de pareceres. Documentos possivelmente fornecidos pela contratada. Ausência de justificativa de preços. Ausência de projeto básico. Afastadas as irregularidades. Contratação da empresa pelos poderes Executivo e Legislativo concomitantemente. Atribuições constitucionais. Risco de conflitos de interesses. Procedência parcial da representação. Multas. Recomendações.

1. A natureza singular verifica-se no serviço almejado, e não no profissional a ser contratado. Assim, para se enquadrar na hipótese de inexigibilidade do certame, compreende-se o serviço de natureza singular como aquele de caráter incomum, não rotineiro, particular, especial, excepcional, que torne o objeto a ser

contratado tão único e individual que distinto dos demais de sua espécie.

2. Na hipótese de serviços jurídicos e contábeis rotineiros e comuns, é viável a competição no mercado, não havendo razão para contratação direta. Não obstante, em face de posterior inovação legal que institui presunção de singularidade para serviços técnicos prestados por profissionais de advocacia e contabilidade com notória especialização, resta inviabilizada a aplicação de sanção pecuniária em face da contratação de serviços corriqueiros com profissionais assim qualificados.

3. A prática da montagem de processos licitatórios, instruídos com pareceres e documentos “modelo” a partir de orientações emanadas pela própria contratada, constitui direcionamento do certame, subverte a lógica de contratações disciplinada na Lei n. 8.666/93 e afronta os princípios constitucionais da moralidade e da impessoalidade da Administração Pública.

4. É compulsória a realização de pesquisa de preços de mercado quando da realização de todo e qualquer procedimento licitatório, sobretudo quando se tratar de dispensa ou inexigibilidade de licitação.

5. A formulação de projeto básico e orçamento estimado em planilhas é exigência para todos os procedimentos licitatórios, incluindo-se as hipóteses de dispensa e inexigibilidade de licitação, a teor do disposto no § 9º do art. 7º da Lei n. 8.666/93. A existência de documentos suficientes para cumprir com a finalidade do projeto básico afasta a irregularidade relativa à sua falta, consoante julgamento dos Recursos Ordinários n. 1104876, 1107554 e 1107555, pelo Tribunal Pleno em sessão do dia 17.8.2022.

6. A contratação de idêntica empresa para prestação de serviços de auditoria e consultoria contábil, orçamentária e financeira pelos Poderes Legislativo e Executivo do mesmo ente no mesmo exercício financeiro configura conflito de interesses em razão da possibilidade, ainda que abstrata, de compartilhamento de informações de interesse público ou da ocorrência de situações capazes de comprometer ou influenciar, de maneira imprópria, o desempenho das atribuições constitucionais de tais poderes.

Processo 1084254 – Representação. Relator Conselheiro Substituto Hamilton Coelho. Prolator do voto vencedor: Conselheiro Substituto Adonias Monteiro. Deliberado em 23.8.2022. Publicado no DOC em 6.2.2023.



Nos dias 2 a 3 deste mês, o Procurador do Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais Glaydson Massaria esteve presente no Congresso Internacional de Controle e Políticas Públicas, em sua oitava edição.

Sediado em Salvador, no Centro de Eventos Deville Prime, o encontro foi promovido de forma conjunta pelo Instituto Rui Barbosa (IRB), Tribunal de Contas do Estado da Bahia (TCE-BA) e Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia (TCM-BA), em tributo ao centenário de morte do baiano e ex-Ministro da Fazenda Ruy Barbosa, considerado o patrono dos Tribunais de Contas brasileiro.

Com a temática “Desenvolvimento e controle: um diálogo a favor da cidadania”, o objetivo do Congresso foi a melhoria contínua da gestão pública por meio da apresentação de estudos sobre avaliação das políticas públicas, proporcionando

um *networking* intenso entre profissionais da área para compartilhamento e intercâmbio de experiências, configurando-se como uma oportunidade única para o aprimoramento do conhecimento a partir de vivências nacionais e internacionais.

A programação reuniu palestrantes do Brasil e de diversos países, pesquisas científicas, oficinas e cursos voltados à produção, difusão de conhecimento e intercâmbio entre gestores e servidores públicos, integrantes de Tribunais de Contas, especialistas em Governança e Políticas Públicas, professores e estudantes.

Além do Procurador do MPC-MG Glaydson Massaria, também representou o Órgão Ministerial o Assessor Alysson Vasconcelos.

Conforme publicação da Atricon, com adaptações.

REDE DE PROTEÇÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA DAS INSTITUIÇÕES DO SISTEMA DE JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE MINAS GERAIS EXPEDE RECOMENDAÇÃO CONJUNTA

POR SIMONE PEREIRA

A Rede de Proteção da Pessoa com Deficiência das Instituições do Sistema de Justiça e Instituições Públicas de Minas Gerais expediu, no dia 1º deste mês, a Recomendação Conjunta nº 01/2023 pelos órgãos participantes, Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG), Defensoria Pública da União (DPU) e o Ministério Público Federal (MPF), sendo interveniente do Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais (MPC-MG).

Após conhecimento de fatos pela Rede de Proteção que violam a Lei, por meio da Recomendação, determinou-se “Que sejam tomadas providências no sentido de garantir às pessoas com deficiência em plena condição de saúde a

contratação da parcela adicional de risco (PAR) nas mesmas condições de igualdade com os demais segurados, de forma a não se considerar deficiência como condição de saúde capaz de ensejar a agravamento de risco nesta hipótese e consequente negativa de contratação do seguro, nos termos da LC 142/2013 e Lei nº 13.146/2015”.

As medidas devem ser implementadas no prazo máximo de 10 dias, a contar do dia do recebimento da Recomendação.

Acesse o documento completo em nosso site.

MPC-MG ASSINA TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM A CMBH

POR SIMONE PEREIRA



p. 9

O Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais assinou, no último dia 3, o Termo de Cooperação Técnica MPC-MG/CMBH nº 01/2023, juntamente com a Câmara Municipal de Belo Horizonte.

O Procurador-Geral do MPC-MG, Marcílio Barenco, e o Presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte, vereador Gabriel Azevedo, oficializaram o Termo de Cooperação, sem ônus entre as partes, que visa “desenvolver estratégias e otimizar medidas, bem como conferir maior eficiência, efetividade e eficácia à atuação dos partícipes no cumprimento de suas missões institucionais, no âmbito do Município de Belo Horizonte”.

A Cooperação tem prazo de vinte e quatro meses, vigorando a partir de sua publicação no Diário Oficial de Contas.

Confira o extrato Termo de Cooperação em nosso site.



MPC-MG RECEBE VISITA DE CORTESIA DE REPRESENTANTES DA NOVA GESTÃO DO TCE-MG

POR SIMONE PEREIRA



Da esquerda para a direita: André Tebit, Éverton Moebus, Marcílio Barenco, Polliane Rose Patrocínio e Eduardo Carone Costa Júnior. 7 mar. 2023. Foto: MPC-MG.

Na tarde do último dia 7, o Procurador-Geral do Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais, Marcílio Barenco, recebeu a Diretora-Geral do TCE-MG, Polliane Rose Patrocínio, e o Chefe de Gabinete da Presidência do TCE-MG, Eduardo Carone Costa Júnior.

A visita de cortesia, que também teve a presença do Diretor do MPC-MG, André Tebit, e do Chefe de Gabinete da Procuradoria-Geral do MPC-MG, Éverton Moebus, possibilitou o alinhamento de fluxo de trabalho entre o MPC e a nova gestão do Presidente do TCE, Conselheiro Gilberto Diniz.

O Procurador-Geral, Marcílio Barenco, também desejou bom trabalho a toda a equipe da Presidência, reforçando a atribuição do MPC em atuar junto ao Tribunal de Contas no controle externo para salvaguardar a eficiência do uso dos recursos públicos.



Na manhã do dia 14, o Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais participou da 6ª reunião da Rede Mineira de Integridade (RMI), sendo representado pelo Diretor, André Tebit.

Participam da RMI, além do Ministério Público de Contas, a Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais (CGE-MG), o Poder Executivo do Estado de Minas Gerais, o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (TJMG), o Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais (TJMMG), o Ministério Público do Estado de Minas Gerais (MPMG), a Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais (DPMG), o Tribunal de Contas do Esta-

do de Minas Gerais (TCE-MG) e a Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (ALMG).

A reunião teve como pauta a discussão para a realização de evento da Rede, com foco na Nova Lei de Licitações e Contratos. Também foram discutidas práticas comunicacionais, visando à aproximação da Rede com a sociedade e a finalização do e-book de boas práticas.

Na oportunidade, a Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais convidou os membros da Rede para participação na II Semana Internacional de Controle Interno, que ocorrerá entre 8 e 12 de maio, no Auditório Juscelino Kubitschek, na Cidade Administrativa.

PROJETO "CONHECENDO O MPC" REALIZA PRIMEIRA PALESTRA DE 2023

POR SIMONE PEREIRA

O Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais realizou, no dia 30, a primeira palestra do ano do projeto "Conhecendo o MPC".

Os graduandos da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas) assistiram à aula ministrada pela Procuradora do MPC-MG Sara Meinberg, que falou das atribuições e distinções do MPC em relação a outros órgãos.

O contato dos estudantes de Direito com o *Parquet* de Contas é uma oportunidade de aproximar a sociedade do controle da Administração Pública.

Saiba mais sobre o "Conhecendo o MPC" em nosso site.



Os participantes da palestra e a Procuradora Sara Meinberg (sétima da direita para a esquerda). 30 mar. 2023. Acervo pessoal.

MPC-MG PRESTIGIA CERIMÔNIA DE ABERTURA DE EVENTO PARA APACS E FBAC

POR SIMONE PEREIRA



p. 11



A mesa de honra da cerimônia de abertura, 9 mar. 2023. Foto: MPC-MG.

Na manhã do último dia 9, o Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais prestigiou a cerimônia de abertura do evento “Gestão dos Instrumentos de Parcerias entre a Administração Pública e as Apacs e FBAC”, tendo sido representado pelo Procurador-Geral, Marcílio Barenco, e pelo Subprocurador-Geral, Daniel Guimarães.



O Procurador-Geral do MPC-MG, Marcílio Barenco, ao centro, ladeado pelo Conselheiro Substituto do TCE-MG Telmo Passareli. 9 mar. 2023. Foto: MPC-MG.

A ação educacional, concebida pela Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes, em atendimento à demanda do Programa Novos Rumos, foi realizada no Auditório Vivaldi Moreira, do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, com a presença de diversas autoridades.

O Vice-Presidente do TCE-MG, Conselheiro Durval Ângelo, ressaltou a necessidade de capacitação nas Associações de Proteção e Assistência aos Condenados (Apacs) e falou da parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais, em relação ao desejo de oferecer cursos de pós-graduação para os membros das Apacs, especialmente mestrado.

Tecendo analogias com o clássico de Guimarães Rosa, Grande Sertões Veredas, Durval Ângelo ressaltou que só é possível mudar a realidade do sistema prisional buscando as origens dos problemas. O Conselheiro também lembrou que os presos são fruto da sociedade e não se pode dizer que eles não são inerentes a ela.

O evento é destinado a Diretoras e Diretores, Presidentes, Gerentes-Gerais, encarregadas e encarregados de Tesouraria das Apacs e da Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados (FBAC).



O Subprocurador-Geral do MPC-MG, Daniel Guimarães. 9 mar. 2023. Foto: MPC-MG.

MPC-MG E TCE-MG MARCAM PRESENÇA NA 1ª REUNIÃO ANUAL DA SECRETARIA PERMANENTE DE TRIBUNAIS DE CONTAS, ÓRGÃOS E ORGANISMOS PÚBLICOS DE CONTROLE EXTERNO DA REPÚBLICA ARGENTINA

POR SIMONE PEREIRA



p. 12



Da esquerda para a direita: O Conselheiro do TCE-MG José Alves Viana, o Presidente do TCE-RS e Presidente da Comissão Internacional da ASUR, Marcos Nóbrega, o Conselheiro do TCE-MG Wanderley Ávila e o Procurador-Geral do MPC-MG, Marcílio Barenco. Acervo pessoal.

De 15 a 17, ocorreu a 1ª Reunião Anual da Secretaria Permanente de Tribunais de Contas, Órgãos e Organismos Públicos de Controle Externo da República Argentina, em El Calafate, na Província de Santa Cruz.

Representando os Órgãos de Controle mineiros, estiveram presentes o Procurador-Geral do Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais, Marcílio Barenco, e os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais José Alves Viana e Wanderley Ávila.

O evento contou com a presença de autoridades de todo o Mercosul e teve como objetivo principal “debater e trocar ideias e experiências entre as entidades participantes, a fim de gerar políticas que fortaleçam as instituições e melhorem todos os aspectos que constituem a tarefa de controlar as finanças públicas”.



O Procurador-Geral do MPC-MG, Marcílio Barenco, à esquerda, com os Conselheiros do TCE-MG José Carlos Viana e Wanderley Ávila. Acervo pessoal.

PROCURADORA DO MPC-MG É EMPOSSADA COMO 1ª TESOUREIRA DA AMPCON

POR GABINETE PROCURADORA CRISTINA MELO



p. 13



A Procuradora do MPC-MG Cristina Melo (segunda da direita para a esquerda) com a nova Diretoria da Ampcon. 15 mar. 2023. Foto: Ampcon

A Procuradora do Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais Cristina Andrade Melo tomou posse, no dia 15, como 1ª Tesoureira da Associação Nacional do Ministério Público de Contas (Ampcon). Prestigiando a cerimônia, também esteve presente a Procuradora do MPC-MG Maria Cecília Borges.

O evento de posse da nova diretoria aconteceu no auditório do Tribunal de Contas da União, em Brasília. Foram empossados, entre outros, o Procurador João Augusto dos Anjos Bandeira de Mello

(MPC-SE), como novo Presidente da Ampcon, e a Procuradora Silaine Karine Vendramim (MPC-PA), como nova Vice-Presidente.

Nessa mesma oportunidade aconteceu o Seminário "Controle Externo e o Combate às Desigualdades Sociais". O Seminário propôs o debate objetivo dos desafios dos avanços econômicos e de desenvolvimento do país, sob o prisma do combate à redução das desigualdades.

PROCURADORA DO MPC-MG PARTICIPA DE SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE DIREITO DO PATRIMÔNIO CULTURAL E NATURAL

POR SIMONE PEREIRA



p. 14



A Procuradora do MPC-MG Maria Cecília Borges. 16 mar. 2023. Foto: Acervo pessoal.

Entre os dias 15 e 17, foi realizado o Simpósio Internacional de Direito do Patrimônio Cultural e Natural, no auditório do Superior Tribunal de Justiça (STJ). A Procuradora do Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais Maria Cecília Borges participou do evento, representando o Órgão Ministerial.

O simpósio teve como um dos objetivos “comemorar os 50 anos da Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural”.

Voltado para Ministros dos Tribunais Superiores, Magistrados Federais, Membros do Ministério Público Federal e Estadual, Advogados, Juristas, Diplomatas e Administradores Públicos, formuladores de Políticas Públicas, Especialistas na Matéria e representantes da sociedade civil, o evento foi uma realização do Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal (CEJ), do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco).

Com palestras relevantes e urgentes à temática do patrimônio cultural e natural, o simpósio teve a presença de diversas autoridades, entre elas, a Ministra do Supremo Tribunal Federal (STF) Cármen Lúcia e o Presidente do Congresso Nacional, Senador Rodrigo Pacheco.

PROCURADORES DO MPC-MG PALESTRAM NO 1º CONGRESSO DE DIREITO MUNICIPAL EM NOVA SERRANA

POR SIMONE PEREIRA



A Procuradora do MPC-MG Cristina Melo e o Procurador-Geral do Órgão Ministerial, Marcílio Barenco. 27 Mar. 2023 Foto: Acervo Pessoal.

O Procurador-Geral do Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais, Marcílio Barenco, e a Procuradora Cristina Melo participaram do 1º Congresso de Direito Municipal em Nova Serrana, que teve como tema “Caravana OAB nos Municípios de Minas Gerais”, com o objetivo de interiorizar ações voltadas para a ampliação do debate sobre o Direito Municipal.

Sediado em Nova Serrana, nos dias 23 e 24, o evento foi uma realização da Câmara em parceria com a Comissão de Direito da OAB Municipal.



O Procurador-Geral do MPC-MG, Marcílio Barenco (segundo à direita), ladeado pelos participantes do painel. 27 Mar. 2023 Foto: Acervo Pessoal.

O Procurador-Geral do MPC-MG integrou o primeiro painel do dia 24, com a temática “parcerias público-privadas – PPP”, que foi presidido pela Desembargadora do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Minas Gerais (TRE-MG) Patrícia Henriques. Com mediação de Guilherme Gosling, membro da Comissão de Direito Municipal da OAB/MG, o painel contou também com as contribuições de Isabela Damasceno, Presidente da Comissão de Direito Eleitoral da OAB/MG, e Maryhelma Nadya Oliveira Orlando, Presidente da Comissão de Assuntos Legislativos da OAB/MG - Subseção Nova Serrana.

Já a Procuradora Cristina Melo compôs o segundo painel, sobre a Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Estiveram no painel também Fernanda Bechelane, Procuradora-Geral do Município de Nova Serrana, e Sérgio Martins, Secretário-Geral da Comissão de Direito Administrativo da OAB/MG e Presidente de Honra da Associação dos Advogados do Centro-Oeste de Minas (AACO/MG).

O Chefe de Gabinete da Procuradoria-Geral do MPC-MG, Éverton Moebus, também esteve presente no encontro, que teve como público-alvo Procuradores, Vereadores, estudantes de Direito, Advogados, servidores públicos e representantes de partidos políticos, contando com a participação de diversas autoridades do meio jurídico, político e acadêmico.



A Procuradora do MPC-MG Cristina Melo (segunda à esquerda) ladeada pelos participantes do painel. 27 Mar. 2023 Foto: Acervo Pessoal.



Guilherme Gosling, membro da Comissão de Direito Municipal da OAB/MG; Patrícia Henriques, Desembargadora do TRE-MG; Isabela Damasceno, Presidente da Comissão de Direito Eleitoral da OAB/MG; o Procurador-Geral do MPC-MG, Marcílio Barenco; e Maryhelma Nadya Oliveira Orlando, Presidente da Comissão de Assuntos Legislativos da OAB/MG - Subseção Nova Serrana.



O Procurador do MPC-MG Glaydson Massaria e o Presidente da sessão, Conselheiro Wanderley Ávila. 28 fev. 2023. Foto: MPC-MG.

Na manhã do dia 28 de fevereiro, o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais julgou procedente a Representação nº 1.098.360. Veja a seguir sua síntese.

Representação nº 1.098.360

Formulada pela Procuradora do Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais Sara Meinberg, a Representação foi apresentada após apuração de atos ilícitos durante o Procedimento Preparatório nº 109.2020.414, que apontou “irregularidades ocorridas nos atos de admissão dos servidores públicos municipais de Jordânia, referentes ao período de 2016 a 2020”.

O Relator do processo, Conselheiro Wanderley Ávila, concluiu pela procedência da Representação, além de aplicação de multa de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) e R\$ 2.000,00 (dois mil reais), respectivamente, aos gestores responsáveis. Por fim, determinou a anulação de todos os contratos temporários que descumpram os requisitos constitucionais.

Na sessão da Segunda Câmara, os Conselheiros Substitutos Licurgo Mourão e Hamilton Coelho acompanharam o voto do Conselheiro Relator.

Já no último dia 21 de março, o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais julgou Representações formuladas pelo Ministério Público de Contas, na 3ª Sessão Ordinária da Segunda Câmara. Veja, a seguir, a síntese de cada uma delas.

Representação nº 1.084.344

Formulada pela Procuradora Cristina Melo, de relatoria do Conselheiro Wanderley Ávila, a Representação teve como objeto a “apuração de irregularidades relativamente a Pregões Presenciais e contratos deles decorrentes deflagrados pelo Município de Santa Luzia, cujos objetos consistem, em síntese, a contratação de obras e serviços de engenharia de pavimentação, conservação e manutenção de vias”.

Em seu voto, o Relator acolheu parcialmente a Representação no tocante à: 1) ausência de justificativa para celebração aditivos contratuais; 2) insuficiência de projeto básico e celebração de “contrato guarda-chuva”; 3) exigência irregular do edital (exigência de propriedade, ainda na fase de habilitação, de usina de asfalto de CBUQ); 4) exigência cumulativa de capital social mínimo e de garantia de execução contratual, em afronta ao art. 31, § 2º da Lei nº 8.666/1993; e 5) à ausência de publicação do edital na internet, em jornais de grande circulação e no diário oficial do Estado.

Ademais, o Conselheiro Wanderley Ávila cominou aplicação de multa ao ex-Secretário municipal de Obras de Santa Luzia, no valor de R\$ 9.000,00 (nove mil reais); ao ex-Secretário municipal de Administração e Gestão de Pessoas, no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais); ao Pregoeiro e subscritor do edital à época, no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais); e à Secretária municipal de Obras, no valor de R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais).

Por fim, o Relator recomendou à atual gestão que “elabore editais e contratos administrativos com objeto preciso, evitando realizar certames cujo objeto seja muito amplo e se torne, por isso, indefinido”.

Os Conselheiros Mauri Torres e José Alves Viana acompanharam o voto do Relator.

Representação nº 1.098.528

A Representação nº 1.098.528, também formulada pela Procuradora Cristina Melo, teve o Conselheiro Substituto Hamilton Coelho como Relator. Oferecida em face do Prefeito municipal de Almenara “por supostas irregularidades relativas à ausência de disponibilização dos demonstrativos gerenciais mensais pelo Executivo municipal ao Conselho do FUNDEB, no exercício de 2019, prejudicando o funcionamento e o exercício de suas funções”.

Na decisão, em que a Representação foi julgada parcialmente procedente, foi constatado pelo Relator “que as informações consolidadas sobre o Fundeb não estão disponíveis no portal da transparência do Município de Almenara, em inobservância ao preceituado no art. 36 da Lei federal nº 14.113/2020”. Foi recomentado ao gestor “que envide esforços para aprimorar a divulgação das informações de que trata o aludido art. 36 da legislação de regência, devendo consolidar e divulgar de forma permanente, no portal da transparência do Município, os dados específicos afetos ao Fundeb, de modo a favorecer o pleno exercício do controle social”.

Os Conselheiros Mauri Torres, José Alves Viana e Wanderley Ávila acompanharam a proposta de voto do Relator.

A 3ª Sessão Ordinária da Segunda Câmara foi transmitida pela TV TCE.

Vários canais de comunicação estão disponíveis nas mídias sociais e plataformas de distribuição. Acompanhe-nos para saber tudo o que acontece no Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais.



Ministério Público de Contas do
Estado de Minas Gerais



@mpc_mg



@mpc_mg



MPC-MG



MPC Cast



Ministério Público de Contas do
Estado de Minas Gerais



Ministério Público de Contas do
Estado de Minas Gerais

EQUIPE EDITORIAL

PROCURADOR-GERAL
MARCÍLIO BARENCO

SUBPROCURADOR-GERAL
DANIEL GUIMARÃES

EDIÇÃO
SIMONE PEREIRA

DIAGRAMAÇÃO
SIMONE PEREIRA
JUAN KARLOS FREITAS

REVISÃO DE TEXTO
LÍLIAN DE OLIVEIRA

